

ECOSSOCIALISMO – REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO A PARTIR DA OBRA “O QUE É ECOSOCIALISMO?” DE MICHEL LÖWY

Ecosocialism - reflections about the concept from the work "What is Ecosocialism?" by Michel Löwy.

Ecosocialismo - reflexiones sobre el concepto a partir de la obra "¿qué es ecosocialismo?" de Michel Löwy



Artigo Original
Original Article
Artículo Original

Denis Mello¹, Bruno Lima¹, Andre Simões^{*1}, Mariana Domingues¹, Carolina Corrêa¹, Fernanda Souza¹, Ingrid Gonçalves¹, Júlia Finotti¹, Leticia Shimabukuro¹

¹ Curso de Graduação em Gestão Ambiental, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

*Correspondência: Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Rua Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba - 03828000 - São Paulo, SP - Brasil. e-mail afsimo@usp.br

Artigo recebido em 04/11/2018 aprovado em 22/02/2019 publicado em 30/03/2019.

RESUMO

O presente estudo alicerça-se no debate a respeito do conceito de Ecosocialismo proposto por Michel Löwy. Ecosocialismo representa uma abordagem alternativa e crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável sob uma perspectiva liberal, tal qual tem sido propagado como ideário dominante à busca por um modelo alternativo de desenvolvimento frente à crise ecológica global. A reflexão sobre a temática ecosocialista mostra-se essencial na formação de cidadãos críticos, capazes de discernir a respeito da questão socioambiental. Foi possível depreender que a proposta ecosocialista de Löwy nos convida o tempo inteiro a mudar de lógica, contribuindo para um abandono ao supérfluo, ao acúmulo inútil, à velocidade “maquinica”, ao desperdício e à acumulação de acúmulo. Foi possível inferir que o Ecosocialismo se apresenta como proposta fulcral no tratamento das questões socioambientais contemporâneas, dado que transcende os limites do pragmatismo desenvolvimentista e do “senso-comum” que tem orientado as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Ecosocialismo; Michel Löwy; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The present study is based on the debate about the concept of Ecosocialism proposed by Michel Löwy. Ecosocialism represents an alternative and critical approach of the concept of Sustainable Development from a liberal perspective, such as has been propagated as a dominant ideology regarding the search for an alternative model of development. In this way, reflecting on the ecosocialist theme is essential in the formation of critical citizens, capable of discerning about the socio-environmental issue. Therefore, Löwy's proposal invites us all the time to change logic, contributing to abandonment the superfluous, the useless accumulation, the "machinic" speed, the waste and the accumulation of accumulation. It was also possible to infer that Ecosocialism presents itself as a central proposal in the treatment of contemporary socio-environmental issues, since it transcends the limits of developmentalist pragmatism and the "common sense" that has guided the discussions on sustainable development.

Key-words: Ecosocialism; Michel Löwy; Sustainable Development.

RESUMEN

El presente estudio se fundamenta en el debate sobre el concepto de Ecosocialismo propuesto por Michel Löwy. Ecosocialismo representa un enfoque alternativo y crítico al concepto de Desarrollo Sostenible bajo una perspectiva liberal, tal como ha sido propagado como ideario dominante a la búsqueda de un modelo alternativo de desarrollo frente a la crisis ecológica global. La reflexión sobre la temática ecosocialista se muestra esencial en la formación de ciudadanos críticos, capaces de discernir acerca de la cuestión socioambiental. Es posible deducir que la propuesta ecosocialista de Löwy nos invita a tiempo completo a cambiar de lógica, contribuyendo a un abandono a lo superfluo, a la acumulación inútil, a la velocidad "maquinica", al desperdicio ya la acumulación de acumulación. Es posible inferir que el Ecosocialismo se presenta como una propuesta fundamental en el tratamiento

de las cuestiones socioambientales contemporáneas, dado que trasciende los límites del pragmatismo desarrollista y del "sentido común" que ha orientado las discusiones sobre desarrollo sostenible.

Descriptor: Ecosocialismo; Michel Löwy; Desarrollo Sostenible.

INTRODUÇÃO

O Ecosocialismo representa uma abordagem alternativa e crítica à hegemonia do conceito de Desenvolvimento Sustentável sob uma perspectiva liberal, tal qual tem sido propagado, desde a década de 1990, como ideário dominante no que se refere à busca por um modelo alternativo de desenvolvimento frente à crise ecológica global. Ele impõe questionamentos no que se refere ao modo de produção e consumo no capitalismo, pautado, inexoravelmente, na ideia de infinidade da base material da existência e que compreende a natureza como uma cornucópia incessante de recursos naturais.

Outrossim, o ecosocialismo significa também forte crítica à globalização e ao imperialismo perpetrado por estados e estruturas de mercado, caracteristicamente, repressivos e controladores. O ecosocialismo alicerça-se, portanto, na crítica ao reducionismo típico do capitalismo de que a natureza, centralmente, serve para a produção de mercadorias que, em última instância, são consumidas de modo irracional através de mecanismos de mercado (CASTRE, 2000; WALLIS, 2008; SAPKUS, 2016).

Desta forma, refletir sobre a temática ecosocialista mostra-se essencial na formação de cidadãos críticos, capazes de discernir a respeito da questão socioambiental. Associável a este contexto formativo mais amplo, inevitavelmente, encontra-se o embasamento acadêmico necessário ao profissional atuante na área ambiental ou na área de ciências ambientais – como é o caso do gestor ambiental ou do engenheiro ambiental, por exemplo. Emerge daí a motivação para inserção do tema “ecosocialismo” no âmbito da disciplina “Recursos Naturais e Meio Ambiente” do Curso de Bacharelado em Gestão

Ambiental da Escola de Arte, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP.

A presente comunicação foi estruturada de forma que, inicialmente, é apresentado o contexto no qual emerge o ideário ecosocialista, apontando para seus princípios fundamentais. Em seguida, é introduzido o que representa o Ecosocialismo para Michel Löwy, tal qual explicitado na obra “O que é Ecosocialismo?”, objeto de análise do presente trabalho. Por fim, são apresentadas as principais reflexões e críticas estabelecidas pelos alunos coautores da presente comunicação, a partir da obra por eles revisada.

Como alicerce metodológico para realização do presente trabalho utilizou-se a revisão de literatura – ou seja, a revisão bibliográfica – com foco no tema “Ecosocialismo” e em temas correlato a este. De fato, conduzida adequadamente, a revisão bibliográfica, em última instância, significa uma análise ampla, minuciosa e crítica de publicações concorrentes e certa área do conhecimento. A pesquisa bibliográfica, centralmente, almeja explicar e discutir determinada temática com base em referências teóricas publicadas em periódicos, livros, dissertações e teses, dentre outras fontes.

Além disto, esta metodologia para geração de conhecimento científico visa também analisar e conhecer conteúdos científicos a respeito de determinado tema. Destarte, a pesquisa bibliográfica não se trata de mera repetição do que já foi analisado e concluído a respeito de determinado assunto – em verdade, possibilita novos enfoques e abordagens, derivando, idealmente, em conclusões inovadoras e quiçá, transgressoras (LAKATOS e MARCONI, 2003).

O documento ora apresentado encerra a particularidade e a peculiaridade de ser fruto de reflexões desenvolvidas no âmbito da disciplina “Recursos Naturais e Meio Ambiente” do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). No âmbito desta disciplina, foi proposto, como trabalho individual, a cerca de 120 graduandos que elaborassem uma resenha crítica da obra “O que é Ecosocialismo?” do sociólogo marxista brasileiro radicado na França Michel Löwy.

Neste contexto, o presente estudo representa uma análise crítica e sinérgica com foco no conteúdo das mais consistentes resenhas críticas desenvolvidas pelos discentes em questão, segundo a avaliação do docente e dos monitores responsáveis pela condução da supracitada disciplina. Frisa-se que, além da (anteriormente) citada revisão bibliográfica, o presente estudo, indiretamente, está também embasado no debate realizado, em sala de aula, entre docente, discentes e os monitores a respeito da construção do conceito de Ecosocialismo proposto, centralmente (mas não exclusivamente), por Michel Löwy – considerado, na atualidade, como um dos principais autores sobre o tema, e defensor da proposta ecosocialista na busca por novas relações entre o desenvolvimento e natureza.

ECOSSOCIALISMO: UM CONTRAPONTO AOS IDEAIS “ECOCAPITALISTAS”

A questão ambiental, para Acselrad (2009), é construída e difundida e permeada por contradições. Sob um olhar progressista, ela surge associada aos

riscos aos quais a sociedade industrial colocava o homem¹, estabelecendo uma dimensão ética nas discussões com respeito ao sentido da acumulação capitalista. Sob o prisma liberal, no outro oposto, ela pode ser compreendida como síntese da busca por modos duráveis de promover a reprodução do capital frente a um mundo finito em recursos.

Acselrad (2009, p.22) enfatiza que “essas duas formulações diferentes tinham em comum o fato de remeter, de algum modo, a uma reconsideração das formas de apropriação do mundo material pela sociedade moderna”. Conforme consideram Tadeu e Lima (2016, p.305), no entanto, a segunda perspectiva “tornar-se-ia hegemônica² nas discussões em âmbito internacional, justamente por apontar para os limites biofísicos da reprodução do capital”.

A hegemonia liberal no questionamento sobre as relações sociedade-natureza teve como produto, inicialmente, a proposta do “Ecodesenvolvimento” cunhada pelo Ex-Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Maurice Strong na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 (Montibeller Filho, 2008). Este conceito, conforme discutem Tadeu e Lima (2016, p. 305) seria “o embrião da formulação de múltiplos discursos e práticas que requerem o status de promotoras de um modelo de desenvolvimento em suposta sintonia aos limites biofísicos e éticos impostos pela apropriação do mundo material”.

Conforme compreende Souza (2010), o Ecodesenvolvimento pode ser abarcado como um conceito “ecorreformista”, como um “último fôlego” do *Welfare State* perante o aprofundamento das

¹ Para Andreas Malm, a crise climática vigente encerra intrínseca relação com a etapa inicial do domínio dos combustíveis fósseis pelo ser humano (MALM 2016); em particular, este autor discorre a respeito da 1ª Etapa da Revolução Industrial, processo científico-tecnológico tipicamente inerente ao último quartel do Século XVIII, o correlato uso do carvão mineral como fonte energética e os problemas socioambientais associáveis – e crescentes – a este contexto.

²Para Chauí (2008), o conceito de hegemonia, desenvolvido por autores marxistas como Gramsci, se refere à manutenção de uma ordem dominante por meio do domínio ideológico, ou seja, a luta pela preservação de uma ordem dominante requer a definição de uma ideologia que se torne no máximo consensual, portanto, hegemônica diante de suas adversárias.

reformas neoliberais que então tomavam força. O ideário central do Ecodesenvolvimento não ultrapassava os pressupostos do Estado de Bem-Estar Social, dado que se baseavam, essencialmente, na continuidade da acumulação capitalista, agora pautada por critérios ambientais. O que se buscava era a imposição de leis restritivas ao uso e exploração de riquezas naturais e o respeito às características específicas de cada ecossistema local, respeitando limites de resiliência e pautando-se no “equilíbrio” do funcionamento dos fluxos naturais.

Para Sachs (1993), que se tornou o principal teórico do “Ecodesenvolvimento”, o mesmo representaria um “caminho do meio” ou intermediário entre a visão de crescimento a qualquer custo e aquela proveniente do ecologismo “radical”, o qual propõe o crescimento zero. Para este autor, a “ecoefficiência” seria o grande mote desse modelo de desenvolvimento, que carrega, como expõe o próprio autor, uma referência à economia política keynesiana, tendo o Estado forte papel regulador, mas mantém-se a primazia do mercado na reprodução das relações sociais.

De acordo com Montebellier Filho (2008), em meados da Década de 1980, abandonando-se o que até então vinha se propagando em termos de Ecodesenvolvimento, emerge o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, o qual tem origem anglo-saxônica (*Sustainable Development*) e teria sido empregado pela primeira vez pela *International Union for Conservation Nature* – IUCN (um organização civil internacional em prol da conservação da natureza), a qual chegou a defini-lo como “um novo paradigma” na conferência mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, promovida pela própria IUCN, em 1986.

A plena difusão do termo veio apenas em 1987, por meio da publicação do relatório denominado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum)

elaborado pela Comissão Mundial para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, formada pela Organização das Nações Unidas na esteira de desdobramentos da Conferência de Estocolmo. O relatório ficou também conhecido como “Relatório Brundtland”, em alusão ao empenho da ministra responsável pela comissão no período, Harlem Gro Brundtland.

No Relatório Brundtland, explicita-se a definição clássica do que seria esse novo modelo de desenvolvimento, o qual teria como pressuposto a satisfação das necessidades presentes sem que se comprometa a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.

Deixando de lado um maior “radicalismo” da proposição do Ecodesenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável passou a fortalecer o papel das empresas na reconfiguração do modelo de acumulação então vigente, colocando como meta a necessidade de envolver ações conjuntas, nas quais todos seriam responsáveis pela reorientação do modelo de desenvolvimento, compreendido essencialmente como crescimento econômico.

Para Rodrigues (2005), os discursos que permeiam o Desenvolvimento Sustentável, tendo como ideário o ambiente como bem comum ou como questão transversal que estaria sob responsabilidade de todos, desviam o foco da discussão da intrínseca relação entre crise ambiental e acumulação capitalista. Além disto, para esta autora, há a desconsideração da apropriação privada e desigual das riquezas naturais, tendo como centro o modo de apropriação capitalista que depende, diretamente, do excedente e da superprodução.

As discussões inerentes às classes sociais, para a autora, camuflam-se sob a questão de “faixas de renda”. Além disto, outra crítica em evidência da autora se refere à minimização do papel do capital frente à própria virtualidade no esgotamento das

riquezas naturais e de sua depredação, já que, geralmente, se coloca no centro desse debate o papel do “consumidor”, o qual, como destaca a autora, não tem poder sobre a escolha do que produzir, em que quantidade e com que tecnologias e métodos de extração e produção (Rodrigues, 2014).

Mesmo permeado por contradições, o desenvolvimento sustentável tornou-se a grande *démarche* da discussão socioambiental. Ainda que tal noção, como dito, tenha sido inicialmente propugnada pelo Relatório Brundtland, é na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), promovida pela ONU, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro intitulada como Eco-92 (ou ainda “Rio-92”), que conceito “desenvolvimento sustentável” recebe proporções globais de discussão e difusão. Tal conferência estabeleceu o Desenvolvimento Sustentável como o objetivo a ser perseguido pelas nações no Século XXI, estabelecendo uma série de diretrizes para orientar a busca desse desenvolvimento pelos países, as quais se encontram dispostas na “Agenda 21”, principal documento resultante da conferência.

Para Souza (2010, p.259) “o desenvolvimento sustentável é o ‘codesenvolvimento’ despido de sua charmosa aura ligeiramente terceiro-mundista e despojada de veleidades quanto a uma ‘terceira via’ entre o socialismo e o capitalismo”.

Considerando o exposto, as concepções iniciais referentes aos questionamentos entre as relações sociedade-natureza, bem como sua difusão institucionalizada e mundializada, teve como pressuposto a continuidade do modelo socioeconômico vigente, qual seja, o capitalismo. Frente a consolidação neoliberal, nem mesmo as concepções mais progressistas pautadas no *Welfare State* tiveram espaço, o que aprofundou as contradições referentes à continuidade do modelo de acumulação vigente, radicalizando os problemas

socioambientais perante a continuidade de um sistema que não foge as suas próprias lógicas. A questão ambiental permaneceu então como retórica ou como “nova fronteira do capitalismo”, por meio da produção de discursos, práticas e mercadorias ditas “sustentáveis” (Tadeu e Lima, 2016).

É nesse sentido que se colocou premente o questionamento a reprodução do discurso de continuidade do capitalismo como caminho inexorável perante a crise ambiental, colocando-se em voga as contradições e os limites do capitalismo no enfrentamento dessa nova questão moderna.

No campo das ciências sociais, com a introdução dos questionamentos sobre as relações sociedade-natureza, muitos autores críticos de orientação marxista, defensores de ideários socialistas, passaram, nesse contexto, a interessar-se pela questão ambiental, mormente por tentar compreendê-la sob o prisma da dialética como contradição inerente ao sistema capitalista, colocando-a como elemento importante para repensar a sociedade (Montibeller Filho, 2008).

Deste modo, no fim da década de 1980, emerge a corrente de teóricos denominados “ecossocialistas” que baseados no materialismo histórico dialético, ou teoria marxista, passam a propor uma visão crítica ao ideário ambiental, colocando-o como questão premente para a superação do sistema capitalista.

O marco inicial dessa defesa é considerado o lançamento do periódico *Capitalism, Nature, Socialism: A journal of socialist ecology*, fundado, em 1988, pelo sociólogo estadunidense James O’Connor. O’Connor propõe uma tese fundamental correlata ao pensamento Ecomarxista, qual seja aquele referente à “segunda contradição fundamental do capitalismo” (O’connor, 2001). Pautado pelo princípio marxista da contradição fundamental do capitalismo, a oposição entre capital e trabalho, o autor propõe que a teoria

marxista comporta uma segunda contradição fundamental: a contradição capital e natureza. Para Marx e Engels (1998), a transposição do sistema capitalista se daria pela extinção das classes sociais e pela superação do domínio capitalista sobre os meios de produção material da vida, sendo que o controle coletivo dos meios de reprodução da vida se colocaria como fundamental para a libertação humana.

Conforme defende O'Connor (2001), a produção da existência humana pautada na subjugação da natureza pela indústria e por outros meios capitalistas de transformação da natureza, acaba por, paradoxalmente, destruir a própria base de reprodução do capital. Assim, ao se reproduzir materialmente, o capitalismo destrói o próprio fundamento da acumulação, dado que o esgotamento das riquezas naturais ou os custos externos da produção (tais como aqueles relativos à produção de poluição e resíduos sólidos) não são incorporados no sistema, o que se pode compreender como um limite para a acumulação, o qual não pode ser respeitado pela própria lógica do capital, que não coloca outro limite se não a máxima extração da mais valia na sua reprodução.

É neste contexto e pautado nessas reflexões que se insere a obra “O que é Ecosocialismo” de Michel Löwy, sociólogo brasileiro que tem dedicado suas pesquisas a aprofundar as reflexões referentes à premência em superar os problemas advindos do modo dominante de estabelecimento das relações socioambientais contemporâneas. No próximo item, pautado na obra de Michel Löwy, sem perder de vista suas relações com outros autores, objetivou-se compreender as bases que fundamentam o pensamento ecosocialista.

O ECOSOCIALISMO PARA MICHEL LÖWY

O livro “O que é o Ecosocialismo?”, de Michael Löwy, que teve sua segunda edição publicada, em 2014, é uma reedição ampliada de livro inicialmente

publicado, em 2004, sob o título “Ecologia e Socialismo”. Formado por uma coletânea de artigos, alguns recém-acrescentados, aborda uma proposta radical de transformação das relações de produção, do aparelho produtivo e do padrão de consumo dominante, sobretudo com o intuito da ruptura dos fundamentos da civilização capitalista ocidental moderna, que, segundo Löwy, parece obedecer ao princípio proclamado pelo rei da França, entre 1715 e 1774, Luís XV: “depois de mim, o dilúvio”.

O Ecosocialismo proposto por Löwy (2014) encontra sua base de desenvolvimento teórico nos últimos trinta anos, tendo como referência autores como Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rudolf Bahro e André Gorz, James O'Connor, Barry Commoner, John Bellamy Foster, Joel Kovel, Juan Martinez Allier, Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechman, Jean-Paul Déléage, Jean Marie Herribey, Elmar Alvater e Frieder Otto Wolf representando uma tentativa de articular ideias fundamentais do socialismo marxista com as aquisições críticas ecológicas.

Para introduzir a discussão, é importante destacarmos que a construção do ideário ecosocialista, conforme proposto por Löwy (2014), reconhece que a questão dos limites éticos e biofísicos da exploração da natureza pela sociedade não ocupava um lugar de destaque, ou mesmo não tinha espaço para as proposições centrais da obra marxista. Recordemos que o materialismo histórico-dialético, base do pensamento de Karl Marx concebe a sociedade como essencialmente contraditória, tendo por base a contradição fundamental da luta de classes no controle da produção da base material da vida, sendo este o “motor” do desenrolar e do dever histórico e, portanto, colocando as relações sociais no centro da questão, o que acaba por obscurecer a natureza diante da supremacia do homem.

O que Löwy (2014) destaca, no entanto, é que as

interpretações relativas às relações sociedade-natureza contidas na obra de Marx estão longe de ser unívocas e pressupõem interpretações diferentes.

O problema centralizou a contradição fundamental do capitalismo proposta pelo marxismo classicamente é aquela relativa às relações capital-trabalho. O tema central, portanto, seria aquele relativo à libertação do homem das amarras que o trabalho assalariado o colocava, alienando sua relação de liberdade criativa por meio de trabalhos mecanizados ao longo de extensas jornadas de trabalho.

Desta forma, libertando-se da exploração capitalista, os trabalhadores gozariam da plena liberdade advinda de seu poder no controle sobre a reprodução material de sua existência, estabelecendo novas relações sociais. Porém, encontra-se abstruso nesse processo que tipo de relações o homem (re) construiria com a natureza. Assim,

“Parece faltar a Marx e Engels uma noção geral dos limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas. (...) Por outro lado, em certas passagens relativas à agricultura, vemos esboçar-se uma verdadeira problemática ecológica, e uma crítica radical das catástrofes resultantes do produtivismo capitalista. O que encontramos nestes textos é um tipo de teoria da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza, como resultado do produtivismo capitalista” (Löwy, 2014, p.27).

Na passagem citada, Löwy (2014) busca reconhecer que na obra de Marx haveria um questionamento implícito sobre a quebra de um “metabolismo” entre sociedade e natureza. Tal metabolismo estaria pautado na construção dialética do ser humano como modificador e transformador da natureza. Mediada pelo trabalho, as relações socioecológicas seriam metabólicas, ou de transformação dialética, ou seja, ao transformar a natureza, o homem transformaria a si mesmo.

A transformação socialista, portanto, em uma primeira análise, deveria retomar o metabolismo socioecológico, dado que, abstraídos da necessidade

produtivista da acumulação capitalista, o homem poderia voltar-se a natureza, construindo outro tipo de relação socioecológica.

Citando Marx e Engels, Löwy (2014, p.23) assim afirma que “graças à abolição positiva da propriedade privada, a sociedade humana se tornará ‘a realização da unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo completo do homem e o humanismo completo da natureza’”.

Uma hipótese não considerada por Marx e Engels, em contraponto, segundo Löwy (2014) seria de a classe trabalhadora apenas substituir a apropriação das forças produtivas privadas por coletivas e continuá-las usando de maneira ilimitada, apenas transferindo de energias não renováveis por renováveis, mas, seria necessária a tomada e transformação radical do sistema produtivo nas formas de gestão e planejamento destes recursos.

O Ecosocialismo, destarte, visaria um novo paradigma de civilização. Este paradigma estaria pautado na ideia de não sobriedade ou neutralidade da indústria como aparato de acumulação capitalista, sendo este um aparelho que funciona como parte e fundamento na continuidade da exploração da natureza.

Pode-se inferir que as limitações acerca dos textos de Marx e Engels sobre as preocupações em relação ao meio ambiente, podem estar relacionadas com a época em que viveram (FOSTER, 2000; BURKETT, 2014).

Até pouco antes do último quartel do Século XIX, as transformações geradas pela demanda de matérias-primas, energia e geração de resíduos, não eram tão evidentes, dado que tanto a população mundial, quanto a escala de produção e consumo colocavam-se condizentes com os limites biofísicos do planeta, ainda que, evidentemente, tal exploração se desse de forma altamente predatória. Só a partir do

Século XX, com a evolução tecnológica, é que passamos a observar um crescimento econômico de forma significativa, acarretando no uso exacerbado dos recursos naturais e na diminuição da resiliência dos sistemas frente à expansão econômica, aguçado pelo processo de mundialização e financeirização (POTT; ESTRELA, 2017).

Löwy (2014), ao revisar o texto “Prefácio a Crítica da Economia Política”, escrito por Karl Marx, em 1859, defende que, de fato, os precursores do marxismo apresentavam uma visão pouco crítica quanto ao desenvolvimento das forças produtivas, dado que a revolução por meio da abolição das relações de produção seria condição única a revolução social, mantendo, no entanto, a indústria como elemento neutro à ordem capitalista, sendo que o autor a coloca como instrumento do capital. Löwy (2014, p.30) assim destaca que, “(...) a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

Se o marxismo classicamente ignorou ou pouco problematizou o papel da indústria na reprodução do modelo de progresso moderno pautado na hiperprodução e no hiperconsumo, os “ecocapitalistas” tampouco são capazes de questionar os fundamentos tecnológicos do progresso. Pelo contrário, a manutenção do fetiche da “mercadoria verde” é o principal fundamento do ideário da sustentabilidade capitalista. Löwy (2014, p.35-37), assim, defende que “uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista”.

Por mais que Löwy acredite que os ideais socialistas clássicos mantenham um foco produtivista e pouco preocupado com as questões ecológicas, ele reconhece na obra marxista passagens que evidenciam que, à sua época, Marx e Engels já eram capazes de

reconhecer as barbáries a que o sistema capitalista industrial impunha a natureza.

Em uma passagem da Dialética da natureza, Engels cita a destruição das florestas cubanas pelos grandes produtores de café espanhóis e a desertificação do solo resultante como exemplo da atitude imediatista e predatória do “atual modo de produção” para com a natureza, e de sua indiferença aos “efeitos naturais” nocivos das suas ações a longo prazo (LÖWY, 2014, p.32).

Mesmo partindo de pressupostos que pouco se assemelham a forma contemporânea de construção da questão ambiental, o que se evidencia para Löwy é o caráter inexoravelmente predatório e antiecológico do capitalismo e de seu aparato técnico-científico. A ruptura para uma sociedade mais equilibrada e pautada em novas relações metabólicas com a natureza, só pode advir de soluções radicais e contra paradigmáticas, no sentido oposto aos rumos aos quais o capitalismo tem lançado a humanidade.

“Em poucas palavras, o ecosocialismo implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização”. (LÖWY, 2014, p.38).

Para Löwy (2014) existem convergências importantes entre as críticas ao capital do projeto social marxista e as críticas ecológicas dos movimentos ambientalistas. O autor destaca que ambos prezam por valores qualitativos, pela prevalência do valor de uso em detrimento dos valores de troca, pedra fundamental do sistema capitalista de produção e distribuição de mercadorias. Em suma, “ambos concebem a economia como ‘inserida’ no meio ambiente: social para uns, natural para outros” (LÖWY, 2014, p.40).

Portanto, o que é o Ecosocialismo? Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica

que faz suas as aquisições fundamentais do marxismo ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica (LÖWY, 2014, p.44).

Para o autor, o Ecossocialismo estaria para além de um novo modo de produção e distribuição, o que acarretaria em uma ética renovada. A ética ecossocialista estaria pautada em uma ética social, que não se limita aos comportamentos individuais. Trata-se de transformar, em uma perspectiva mais ampla, as estruturas econômicas e sociais capitalistas/comerciais. Trata-se de considerar as necessidades vitais, de não viver em um ambiente natural degradado. Para Löwy, a mudança exige agentes sociais, movimentos sociais, organizações ecológicas, partidos políticos, e não apenas indivíduos de boa vontade (LÖWY, 2014, p.56).

“O ecossocialismo é uma *ética radical*, no sentido etimológico da palavra: uma ética que se propõe ir à raiz do mal. As meias-medidas, as semirreformas, as conferências do Rio, os mercados de direito de poluição são incapazes de dar uma solução. É necessária uma mudança radical de paradigma, um novo modelo de civilização, em resumo, uma transformação revolucionária” (LÖWY, 2014, p.68).

A utopia socialista e ecológica, para o autor, é uma possibilidade de saída do futuro catastrófico capitalista. Para essa transição, a publicidade, que contribui diretamente para hábitos de consumo ostensivo e compulsivo, não teria espaço, os modelos de consumo seriam transformados por um processo histórico e educacional. As reivindicações

ecossocialistas urgentes podem conduzir a um processo de mudança, em que cada objetivo conquistado conduz a um objetivo mais radical. As lutas em torno de questões concretas contribuem para uma tomada de consciência ecológica e socialista a partir de baixo.

O controle público dos meios de produção e um planejamento democrático seriam igualmente indispensáveis se quisermos que os investimentos em tecnologia sirvam ao bem comum da sociedade. Para isto, a produção e o consumo deveriam ser organizados racionalmente não somente pelos produtores, mas também pelos consumidores, e, de fato, pelo conjunto da sociedade, produtivo ou não.

O planejamento democrático é o exercício da liberdade de decisão do conjunto oposto à lei do valor de troca; a produção e consumo devem ser organizados de forma racional por todos os membros da sociedade. O tempo livre dos trabalhadores como fundamento de uma sociedade socialista, implicaria condições para a participação da sociedade nas discussões democráticas e gestão da economia. Nesse ponto, Löwy (2014) critica o fato de o socialismo soviético ter fracassado justamente pela crescente limitação da democracia, pelo enfoque no poder totalitário e autoritário, não tendo havido espaço para o planejamento democrático da produção.

Nesse sentido, a liberdade de escolha democrática entre as linhas produtivas privilegiadas e o nível de recursos a serem investidos na educação, saúde ou na cultura, seriam efetivos. Além disso, os preços dos bens de consumo seriam determinados segundo critérios sociais, políticos e ecológicos e não mais pela lei da oferta e da procura.

O Ecossocialismo é baseado em critérios não monetários e extra econômicos, uma síntese dialética entre o movimento ecológico e marxista, como meta a racionalidade ecológica, igualdade social e democrática e valor do uso sobre o valor da troca.

Para Löwy, “a questão ecológica é (...) o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI” (LÖWY, 2014, p. 40). O autor apresenta dois argumentos principais para compreender o pensamento ecossocialista. No primeiro, explica que se os modos de vida capitalistas avançados se expandissem para todo o mundo o planeta colapsaria em pouquíssimo tempo. As reservas de petróleo, por exemplo, acabariam em dezenove dias. Daí o fundamento da desigualdade como basilar.

O segundo ponto, é que mesmo mantendo-se a desigualdade, o capitalismo corrói o planeta de tal modo que se constitui como ameaça à própria existência humana, sendo desta maneira a importância do pensamento ecossocialista justificada por Löwy como de extrema importância para a própria perpetuação da espécie, a “preservação do meio ambiente natural é, portanto, um imperativo humanista” (LÖWY, 2014, p. 46), não bastando que o capitalismo se “pinte de verde”, pois tal discurso não passa de estratégia de marketing, já que a lógica atravessa o funcionamento das engrenagens mais singelas do sistema, fazendo-se necessária uma “verdadeira *mudança de civilização*” (LÖWY, 2014, p. 47).

Não se trata de mudanças simples, envolvendo transformações amplas nas tecnologias, fontes de energia, bem como da direção dos meios de produção, que Löwy defende que deveriam ser “arrancadas dos bancos e das empresas capitalistas para se tornar um bem comum da sociedade” (Löwy, 2014, p. 48). Seria uma transição para outro modo de vida, outro modo de pensar nossas vidas no planeta. Novas construções e relações com a natureza.

O historiador Thompson (1985) fala do atrito entre uma “economia moral” e a economia capitalista de mercado. Para Löwy (2014, p. 63-64), o socialismo moderno beberia dessa “economia moral”, para rever os critérios que regem o valor das mercadorias e do

capital, visando promover uma sociedade que não tenha no produtivismo sua meta diária, mas que esses motores das engrenagens sejam revisados e que as pessoas tenham mais tempo livre, jornadas menores de trabalho, mais tempo para estudar, criar, jogar e amar. A preservação do meio ambiente atravessa a pauta dessas transformações e, embora timidamente, “em algumas passagens isoladas”, constam nos escritos de Marx (LÖWY, 2014, p. 64).

A proposta de uma ética ecossocialista envolveria uma mudança nas bases estruturais da sociedade, mudando as maneiras de pensar e viver nossas vidas, invertendo as lógicas. Não se trataria mais de um modo de vida baseado no individualismo, as preocupações e decisões se dariam num âmbito coletivo primordialmente, promovendo uma “redistribuição planetária da riqueza”, os recursos e a produção seguiriam outras lógicas, igualitárias, democráticas e radicais, pois o movimento destrutivo de acumulação incessante rumaria para óticas coletivas, pluralistas e que envolveriam outros níveis de responsabilidade com o meio ambiente e com o outro (Löwy, 2014, p.67). Novas lógicas filosóficas, éticas e relacionais passariam com certeza a ser teorizadas, a fazer parte da “ordem do dia” dos intelectuais desse “admirável” ecossocial “mundo novo”.

A radicalidade do ecossocialismo está no fato de propor rompimentos urgentes com modos de vida esgotados e destrutivos tanto à espécie humana quanto ao meio ambiente, envoltos num cinismo justificado pelas necessidades capitalistas de controle, produtividade, lucro e exploração a qualquer custo. Mesmo os discursos ecológicos aceitos pelo capitalismo não condizem com a lógica ecossocialista, pois estes encaixam em estratégias de marketing, parecem embalados convenientemente, não resolvendo as questões emergenciais que urge por ter seu debate amplificado.

Aliar essas premissas a um planejamento responsável e “democrático da economia, que leve em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos” faz parte do ideário ecossocialista. Ao invés de crescer, porque não decrescer? Ao invés de aprimorar o maquinário quantitativo que alimenta as infindáveis bases de dados capitalistas, porque não qualificar?

O excesso e a obsolescência programada, que apenas servem a modos de vida pautados no desperdício, necessários para que outros produtos iguais aos anteriores saiam o quanto antes das prateleiras rolaria esteiras afora, para abrigar porventura esteiras mais lentas, mais robustas e aderentes de uma “nova sociedade”, que “orientaria a produção em direção à satisfação das necessidades autênticas”, como “água, comida, habitação”, “saúde, educação, cultura e transporte” (LÖWY, 2014, p. 90).

Aliás, o transporte coletivo trata-se de importante pauta ecossocialista, afinal, se não há transporte público de qualidade como se pode esperar que as pessoas que precisam se locomover abandonem o carro completamente se a locomoção pública, particularmente nas grandes metrópoles (o caso da cidade de São Paulo, neste contexto, é emblemático), está mergulhada em caos e problemas? Para o ecossocialismo o transporte individual é um problema grave, por isto a melhoria efetiva do transporte público é considerada como uma importante pauta.

Seria uma utopia plausível e pautada na superação das contradições históricas ou uma distopia fora da realidade e distante de sua concretude? Para Löwy, parece se tratar mais dessa primeira mirada, já que “o tempo está contado, e em alguns anos – ninguém saberá dizer quantos – os estragos poderão ser irreversíveis” (LÖWY, 2014, p. 98).

POTENCIALIDADES E LIMITES DA OBRA MICHEL LÖWY PARA REFLETIR SOBRE UMA NOVA SOCIEDADE

O conceito de ecossocialismo como nova utopia socioecológica encerra questionamentos interessantes e essenciais na busca por um modelo alternativo de sociedade que seja pautado em novas relações entre sociedade e natureza. No entanto, ele parece estar além mesmo dos movimentos mais progressistas encontrados na sociedade contemporânea.

Quer seja marxista ou não, o movimento operário tradicional na Europa – sindicatos, partidos sociais-democratas e comunistas – permanece ainda profundamente marcado pela ideologia do ‘progresso’ e pelo produtivismo, chegando até mesmo, em alguns casos, a defender, sem se questionar muito, a energia nuclear ou a indústria automobilística. É verdade que um princípio de sensibilização ecologista está em vias de desenvolvimento, notadamente nos sindicatos e partidos de esquerda, nos países nórdicos, na Espanha ou, na Alemanha (LÖWY, 2014, p.42).

Além disso, o que temos observado nos mais diversos países, seja no centro econômico-financeiro do capitalismo avançado, seja nos países de industrialização tardia na periferia do sistema, é o fortalecimento de partidos e figuras políticas ultraliberais no sentido econômico e ultraconservadora no sentido de inclusão de agendas e pautas políticas progressistas. Neste contexto, numa cenarização filosófica de cunho referencial (ou seja, erigida com base na manutenção de macrotendências desenvolvimentistas atuais), o que se observa no horizonte é a intensificação das mudanças climáticas (e de suas deletérias consequências aos sistemas bióticos da Terra) e das grandes catástrofes ecológicas pela plena consolidação do neoliberalismo como fundamento político-econômico e social (TOKAR, 2014).

No Brasil, país considerado portador de “avançado arcabouço legal” referente a proteção ambiental, o que notamos é também o recuo e a desconstrução de políticas regulatórias, como aquelas que estabelecem a Avaliação de Impacto Ambiental, a manutenção de áreas protegidas na Amazônia Legal e as políticas de mudanças climáticas e de uso e ocupação do solo.

Diante desse quadro, o Ecosocialismo parece algo cada vez mais distante e mesmo utópico tanto quanto o socialismo em suas bases clássicas tornou-se distante da plena consolidação do paradigma capitalista (LÖWY, 2014, p.49)

A utopia é indispensável à mudança social, com a condição de que seja fundada nas contradições da realidade e nos movimentos sociais reais. É o caso do ecosocialismo, que propõe uma estratégia de aliança entre os ‘vermelhos’ e os ‘verdes’ – não no sentido estreito dos partidos sociais-democratas e dos partidos verdes, mas no sentido amplo, ou seja, entre o movimento operário e o movimento ecológico – e de solidariedade para com os oprimidos e explorados do Sul.

O que percebemos é que apesar de introduzir uma nova questão fundamental e que aprofunda as contradições do capitalismo e a busca por sua superação, o ecosocialismo ainda encontra suas barreiras fundamentais em questões clássicas colocadas pelo marxismo. O que existe concretamente permanece as contradições históricas que acusam o fim do capitalismo como essencial para sua superação, no entanto diante do aprofundamento e do fortalecimento do pensamento liberal, a prática ecosocialista se mantém no campo das possibilidades.

Por outro lado, a discussão incitada por Löwy (2014) permite erigir o seguinte questionamento: a saída seria então defender o desenvolvimento sustentável como alternativa pragmática, compatibilizando o ideal ambientalista aos arautos do

sistema econômico global? Aceitar o discurso ecológico reinante seria reiterar suas contradições e rejeitar toda a proposição revolucionária ecosocialista. Assim, a ética radicalmente nova recairia na retórica do “consumo consciente” e das medidas paliativas (apesar de importantes), como o clássico “Reduzir, Reutilizar, Repensar e Reciclar”.

Recair sob o pragmatismo não parece condizente ao pensamento científico, dado que este requer encontrar caminhos para transcender o que está posto, e não reafirmar pressupostos tidos como irredutíveis e insuperáveis. Entretanto, se faz essencial reconhecer os limites da crítica radical quando ela não implica em saídas exequíveis de imediato, e em proposições condizentes a diminuição das desigualdades e da redução dos custos ambientais do sistema produtivo, já que apenas permite enxergar o horizonte desejável, o que se faz importante, mas pouco contribui para novas práticas, dado que se limita a apontar possibilidades utópicas, mas pouco práticas.

42

CONCLUSÃO

O discurso ecosocialista de Löwy propõe novos modos de vida, novas lentes para mirar o mundo. Para nos mostrar a importância contundente de mudanças em nossas maneiras de viver e perceber nossas relações, ele argumenta acerca da fúria destrutiva do capitalismo, a necessidade de acumulação constante e incessante da economia de mercado.

Ao invés de inovações tecnológicas servirem para proporcionar melhores condições de vida para as pessoas, para que trabalhemos menos e vivamos mais, essas tecnologias inserem velocidades (que parecem cada vez mais aceleradas) nos relógios. Ao invés de as máquinas se pautarem por nossas velocidades corporais, lembra que nossos corpos passam a ter as velocidades pautadas pelas máquinas.

Löwy nos convida o tempo inteiro a mudar de lógica. Um convite a pensar em coisas que realmente nos interessem, que nos atravessam a vida, um abandono ao supérfluo, ao acúmulo inútil, à velocidade “maquínica”, ao desperdício, à acumulação de acúmulo. A pergunta que Löwy, constantemente, nos faz nas entrelinhas também poderia ser: “você leitor, acredita que a roda poderia rodar de outras maneiras?”. E, porventura, completaria a provocação: “maneiras ecossocialistas?”.

O que observamos na prática, no entanto, é que a questão ambiental permanece sendo tratada tal como o foi desde sua concepção, como novas oportunidades para o mercado e como retórica diante da finitude das riquezas naturais e da busca por uma nova ética ecológica.

Se nem mesmo o “ecodesenvolvimento”, que como vimos não superava radicalmente o capitalismo e aparecia meramente como nova roupagem do welfare state, como esperar que o ecossocialismo transcenda o desenvolvimento sustentável tal qual tem sido difundido nas últimas três décadas?

Löwy (2014), de forma inequívoca, aponta para caminhos alternativos, para linhas gerais de uma política progressista e radical do ponto de vista socioambiental; mas, como implementar estes novos e necessários rumos? Como carrear praticidade ao ecossocialismo? Como transcender as contradições históricas do capitalismo que apenas se acumulam e geram um quadro de depredação socioambiental cada vez mais profundo?

Conclusivamente, é possível inferir que o ecossocialismo apresenta-se como proposta fundamental no tratamento das questões socioambientais contemporâneas, dado que transcende os limites do pragmatismo desenvolvimentista e do “senso-comum” que tem orientado as discussões sobre “desenvolvimento sustentável”, mesmo no ambiente acadêmico, que não deve se furtar ao papel de seguir

capitaneando a construção do pensamento crítico e a busca de não lugares-comuns.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Prefácio à segunda edição. In ACSELRAD, H. (org). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.19-36, 2009.
- BURKETT, P. **Marx and Nature: A Red and Green Perspective**. Haymarket Books, 2014.
- CASTREE, N. Marxism and the production of nature. In: **Capital and Class**, vol. 24, nº 3, pp. 5-36, 2000.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- FOSTER, J. B. **Marx's Ecology: Materialism and Nature**. Monthly Review Press, 2000.
- LÖWY, M. **O que é o Ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MALM, A. **Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming**. Verso, 2016
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Santa Catarina: UFSC, 2008.
- O'CONNOR, J. **Causas naturales: ensayos de marxismo ecológico**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2001.
- ONU/CNUMAD. **Agenda 21**, 1992.
- POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento**. Estudos Avançados, vol.31, n.89 pp.271-283. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271&lng=en&nrm=iso.
- RODRIGUES, A. M. **Problemática ambiental = Agenda política: Espaço, Território, Classes sociais**. Boletim Paulista de Geografia: “Perspectiva Crítica” nº 8, p.91 a 110, Dezembro de 2005.
- RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In SOUZA, M. L.;

SPOSITO, M. E. B.; CARLOS, A. F. **A produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, p.207-230, 2014.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. (org). Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAPKUS, S. O. **Procesos sociales y degradación ambiental: debates recientes en el eco-socialismo**. Folia, Resistencia, n. 25, p. 189-205, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-82382016000100010&lng=es&nrm=iso. Acesso em setembro/ 2017.

SOUZA, M. L. **O desafio Metropolitano: um estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TADEU, N. D.; LIMA, B. A.. **Questão ambiental como nova fronteira do Capitalismo: Reflexões críticas a partir da Economia Ecológica e do Ecomarxismo**. Anais do II Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental. pp. 302-316. Instituto de Energia e Ambiente – USP. São Paulo, 2016.

THOMPSON, E. P. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, E. P. **Exterminismo e Guerra fria**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, p. 20-21, 1985.

TOKAR, B. **Toward Climate Justice: Perspectives on the Climate Crisis and Social Change**. New Compass Press, 2014.

WALLIS, V. **Capitalist and socialist responses to the ecological crisis**. Monthly Review, Vol. 60, Nº 6, pp. 25-40, 2008.

WCDE. **Our Common Future**, 1987